

MACHISMO E ESCOLA: A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Prof. Ms. Halline Iale Barros Henriques – Centro Universitário do Vale do Ipojuca
(UNIFAVIP/Devry)

hallineiale@hotmail.com

Laiana Carla de Moura - Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP/Devry)

laianamoura@gmail.com

Introdução

O fenômeno da violência contra a mulher tem sido amplamente discutido em meios acadêmicos, principalmente com os avanços conquistados nas últimas décadas no que concerne a garantia de mecanismos para o seu enfrentamento. Vários instrumentos legais foram criados na última década, cujo marco foi a lei nº 11.340, a conhecida lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). O objetivo principal destas ferramentas, é obviamente, tanto prevenir a violência quanto dar suporte às mulheres em situação de violência. Entretanto, apesar de serem um avanço importante, essas medidas por si só não trarão um resultado eficiente a longo prazo. A exemplo, temos dados que revelam que os homicídios contra as mulheres no Brasil têm aumentado, mesmo depois da criação da lei Maria da Penha (WAISELFISZ, 2012, p.8). Reconhecemos a importância de ferramentas de enfrentamento à violência contra a mulher, mas buscamos demonstrar neste trabalho que são necessárias outras medidas para que a realidade da mulher brasileira mude de fato. As razões que levam o nosso país a um **alto índice de** violência contra a mulher, principalmente no âmbito doméstico, são principalmente históricas e culturais. Dentre estas razões, o machismo figura como um fator cultural importante a ser analisado, pois suas crenças muitas vezes justificam e naturalizam a violência, por vezes culpando a vítima pela sua condição. Objetiva-se neste trabalho demonstrar a importância da educação como ferramenta de combate ao machismo, e conseqüentemente, como instrumento de combate à violência.

Metodologia

A metodologia deste trabalho seguiu os passos indicados pelo autor Antônio Carlos Gil (2002) para revisão de bibliografia. Quanto aos objetivos, a presente

pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória. De acordo com este autor, a pesquisa descritiva se ocupa em apresentar ao leitor características de determinado fenômeno, enquanto a pesquisa exploratória busca tornar mais familiar determinado tema, ao mesmo tempo em que levanta hipóteses a respeito.

Foram escolhidos autores chave para o suporte teórico, como Safiotti (2001), Paterman (1993) e Drumont (1980) cujas obras são fundamentais em discussões a respeito de violência contra a mulher, machismo e patriarcado. Foi consultada também a legislação brasileira, e os dados quantitativos fornecidos pelo Mapa da Violência 2012 (WAISELFISZ, 2012). A abordagem para a leitura dos dados e teorias foi a abordagem qualitativa, que se caracteriza por transcender a análise de dados quantitativos e levar em consideração crenças e valores envolvidos no fenômeno.

Resultados e Discussão

Sabemos que desde a época colonial, a família brasileira se estruturou de modo a conferir ao homem mais velho o poder de vida e morte sobre as mulheres e os homens mais novos da sua prole. O patriarcado, como é definida essa estrutura, mesmo com mudanças em sua configuração, rege as relações familiares e sociais até os dias de hoje. De acordo com Paterman (1993, p.167) apud Koller e Narvaz (2006, s.n.) “o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública”. Sendo assim, atualmente as mulheres ainda lidam com a herança cultural deixada por esta estrutura.

O machismo é um exemplo claro disto. Segundo Drumont (1980, p.81, grifo da autora), o machismo é basicamente “um sistema de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre homem e mulher”. Desse modo, o machismo é disseminador de crenças que justificam a relação de dominação entre os sexos, relações essas muitas vezes abusivas e violentas.

Tanto homens quanto mulheres, na ideologia machista, possuem um padrão de comportamento socialmente aceitável, comportamento esse baseado na crença de que cada sexo biológico possui características naturais, e lugares naturais a

serem ocupados na sociedade. O velho ditado que diz que “*lugar de mulher é na cozinha*”, ilustra bem essa visão, onde já sabemos, o homem sai favorecido.

A gênese do fenômeno da violência contra a mulher pode ser observada no machismo enrustado na crença social, aliado à cultura basicamente patriarcal em sua estrutura. Para Safiotti (2001, p.1), a estrutura patriarcal confere ao homem a autorização social de corrigir o comportamento considerado desviante através da violência. Desse modo, a violência muitas vezes é legitimada socialmente, culpando-se a vítima por apresentar um comportamento merecedor de tal punição violenta, de acordo com os ditames machistas de comportamento e papéis sociais.

Como poder-se-ia, então, intervir nessa realidade de violência de outro modo que não os instrumentos repressivos e punitivos? Primeiramente, é preciso compreender que estes instrumentos são importantes para o enfrentamento da violência a curto prazo. Porém, o interessante é que essas políticas tenham caráter transitório, pois do contrário, a dependência delas indicaria que não houve avanços no combate às causas do fenômeno da violência contra a mulher.

Em segundo lugar, é necessário intervir no âmbito educacional, de modo a promover uma mudança cultural profunda em nossa sociedade. Se o machismo figura como um dos principais fatores geradores de violência, o abandono deste pensamento pela maioria poderia mudar a atual configuração das relações entre os gêneros. Embora pareça utópico e pouco prático, somente o esforço em conjunto de instituições educacionais e familiares sobre uma nova compreensão das relações de gênero que não a de dominação masculina pode tornar possível uma mudança palpável quanto à violência contra a mulher.

No cenário atual, onde milhares de mulheres são mortas todos os anos por seus parceiros e outras tantas espancadas pelas razões que já vimos, intervenções profundas são imprescindíveis para a mudança, e não há intervenção que não se solidifique melhor se não aquela promovida pela educação, principalmente pela educação de base. A escola cumpre papel imprescindível nessa dinâmica, pois é principalmente na escola que se estruturam as primeiras relações interpessoais, onde a criança tem contato e é obrigada a conviver com pessoas que não são da família. A escola também é um dos principais ambientes onde os adolescentes descobrem sua sexualidade, onde desenham suas primeiras relações com pares. Uma orientação diferenciada nessas fases estruturantes pode ser decisiva na

maneira como as relações dessa criança ou desse adolescente lida com questões de gênero.

Muito mais do que abordagens protetivas, as políticas públicas direcionadas às mulheres no Brasil deveriam incluir um investimento pesado em políticas educacionais voltadas para as questões de gênero na escola. É desejável que os alunos, nas próprias vivências, possam desenvolver um raciocínio crítico a respeito de seus papéis sociais e individuais, de modo que desejem levar a si próprios a cada vez menos reproduzir modelos de relações machistas e desiguais, no caminho de uma mudança na maneira de se relacionar com o outro.

Conclusão

Visto que questões de ordem histórico-cultural são fatores determinantes na gênese da violência contra a mulher, a intervenção mais eficaz se configura como uma mudança na compreensão dos papéis e na maneira como se conduz as relações entre os gêneros. Enquanto a sociedade não compreender que a mulher não é propriedade masculina, tampouco que seu comportamento justifica a violência, mecanismos punitivos por si só não darão conta do fenômeno da violência. Contudo, paradigmas não são quebrados facilmente, e mudanças culturais costumam acontecer a longo prazo. Entretanto, na escola, os educadores paulatinamente podem começar este trabalho, promovendo uma educação voltada para um novo olhar para as relações de gênero e para os papéis sociais. Uma intervenção educativa é a maior esperança para que as próximas gerações abandonem paradigmas repressivos e ultrapassados e caminhem para uma condição menos machista e desigual para as mulheres.

Referências

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de Agosto de 2006. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 19 de Mai. 2014

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas. São Paulo. 1980. p. 81-85.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2002

KOLLER, Silvia Helena; NARVAZ, Marta Giudice. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. *Psicologia e Sociedade*, nº 18 p. 49-55. Jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>>. Acesso em 09 de ago. 2014

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Dossiê feminismo em questão, questões do feminismo. *Cadernos Pagu*. Campinas. nº 16, 2001.

WAISELFISZ, Jacob Julio. **Mapa da violência 2012 atualização: Homicídios de mulheres no Brasil**. Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos. Flacso Brasil. Ago. de 2012. Disponível <em:http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf> Acesso em 09 de ago. 2014.